
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0007307-83.2010.2.00.0000

Requerente: Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins Asmeto

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins

RECURSO EM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. JUSTIÇA ESTADUAL. JUÍZES SUBSTITUTOS. DIREITO À DIFERENÇA REMUNERATÓRIA PELA ATIVIDADE DE SUBSTITUIÇÃO. NÃO CABIMENTO. ART. 124 DA LOMAN.

O disposto no art. 124 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional não se aplica aos juízes estaduais substitutos, mas somente aos juízes titulares de entrância inferior convocados para officiar/substituir em entrância superior.

Precedentes do STF, STJ e CNJ.

O vitaliciamento não enseja a titularização, de modo que, sustentando ainda a condição de substituto, o magistrado não faz jus à diferença remuneratória pretendida.

Recurso desprovido.

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso Administrativo interposto pela ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO TOCANTINS - ASMETO, em face de decisão monocrática pela qual julguei improcedente o pedido formulado nestes autos.

Na inicial, a associação requerente pleiteou o reconhecimento aos juízes substitutos, do direito ao recebimento da diferença remuneratória pelo exercício da jurisdição plena.

Julguei improcedente o pleito, com base em recente decisão deste Conselho, proferida no Pedido de Providências n. 0004757-18.2010.2.00.0000, de relatoria do Conselheiro Nelson Tomaz Braga, na qual restou firmado o entendimento de que a substituição é a razão de ser do juiz substituto, não sendo cabível, portanto, o pagamento de qualquer vantagem pecuniária por esse desempenho.

Inconformada, a associação requerente interpôs o presente recurso, alegando que este Conselho já decidiu que os juízes federais substitutos têm direito ao recebimento da diferença remuneratória quando substituem juízes titulares.

Daí por que, com fundamento no princípio da isonomia e, ainda, no voto proferido pelo Ministro Cezar Peluso na ADI n. 3854-1, no qual Sua Excelência discorreu sobre a unicidade do Poder Judiciário, pleiteia a recorrente a aplicação de igual entendimento aos juízes estaduais.

Além disso, sustenta que, nos termos do voto-vista proferido pelo Ministro Og Fernandes, no Recurso Especial n. 964.858/PB, citado na decisão recorrida, o juiz substituto adquire a condição de juiz de direito com o vitaliciamento e a partir daí passa a fazer jus às verbas que decorram das substituições que porventura desempenhe.

Quanto ao mais, expende, em síntese, os mesmos argumentos deduzidos na inicial. É o relatório.

VOTO

O recurso em tela é cabível na espécie e foi providenciado tempestivamente, merecendo, portanto, ser conhecido.

Ressalto, desde logo, porém, que a pretensão de reverter a decisão recorrida não se escora em fundamentos com a solidez necessária para proceder.

Com efeito, objetivando melhor esclarecer o sentido e o alcance daquela decisão, passo a reproduzi-la na íntegra:

“Cuida-se de Pedido de Providências proposto pela Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins – ASMETO, em face do Tribunal de Justiça Tocantinense.

*A Associação requerente alega que há vários **juízes substitutos** integrantes da magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que, como se titulares fossem, estão no exercício de varas com jurisdição plena, ou, ainda, substituindo juiz titular de vara quando este, por algum motivo, está afastado de sua jurisdição, sem, contudo, perceber a remuneração referente à substituição, prevista no artigo 124 da Lei Complementar n.º 35/1979 – LOMAN.*

Aduz que desde o mês de maio de 2010 apresentou pedido dirigido à Presidência da Corte requerida, a fim de que houvesse o reconhecimento do direito ao qual entende fazer jus os magistrados substitutos, porém, nenhuma decisão foi proferida a esse respeito, causando enorme prejuízo aos seus associados.

Afirma, ainda, que dos juízes que ingressaram na magistratura tocantinense por meio do último concurso público ocorrido no ano de 2008, apenas 12 (doze) já obtiveram a titularização, estando os demais, não obstante possuírem tempo para o vitaliciamento, na condição de substitutos.

*Por esses motivos requer, em **liminar**, que este Conselho determine ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que promova o pagamento mensal aos magistrados substitutos da parcela referente à diferença de entrância, e, no **mérito**:*

1) “que reconheça o direito à diferença de subsídio e determine ao Requerido o pagamento da diferença de entrância aos juízes substitutos que estiveram no exercício da jurisdição plena, retroativamente a abril de 2008, mesmo àqueles que já estão titularizados, no período da substituição, conforme a entrância de atuação,

assim como idêntico direito aos juízes substitutos que estiveram substituindo os juízes titulares quando dos afastamentos destes (férias, licenças de qualquer ordem etc.)”

2) **“EVENTUALMENTE**, seja reconhecido o direito àqueles juízes que já tenham mais de dois anos de exercício na carreira, tempo necessário para o vitaliciamento, mas que continuam na condição de substitutos, determinando-se em favor destes o pagamento da diferença pleiteada.”

Reservei-me para apreciar a liminar pleiteada após as informações da Corte requerida, e, por essa razão, determinei sua notificação para que prestasse os esclarecimentos devidos.

Em cumprimento a essa determinação, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins informou, em síntese, que somente os juízes titulares fazem jus ao recebimento de diferença referente à eventual substituição, pois, os magistrados substitutos, pela própria natureza da função, não possuem direito à percepção da verba pleiteada, conforme, inclusive, restou deliberado pelo Superior Tribunal de Justiça por ocasião do julgamento do Resp n.º 964.858.

Após essas informações, os autos retornaram-me, ocasião na qual, verificado que não estavam presentes, de forma inarredável e concomitantemente, o periculum in mora e a fumaça densa do bom direito, indeferi a medida cautelar e determinei, no mesmo ato, que o Tribunal requerido, caso entendesse necessário, prestasse esclarecimentos complementares, porém, por meio do Ofício n. 31/2011/GAPRE, apenas reiterou os termos das primeiras informações prestadas.

É o relatório.

*Passo, pois, a **decidir**.*

A questão colocada à apreciação por meio deste Pedido de Providências recentemente, mais precisamente na 119ª Sessão Ordinária, realizada no dia 25/01/2011, foi objeto de deliberação pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, no bojo do PP n.º 0004757-18.2010.2.00.0000, de relatoria do Conselheiro Nelson Tomaz Braga.

Naquela ocasião, a Associação dos Magistrados do Acre – ASMAC pleiteava, igualmente, o reconhecimento do direito à percepção da verba relacionada à substituição, estabelecida no artigo 124 da LOMAN, aos juízes substitutos daquele Estado da Federação, de onde restou firmado o posicionamento do Plenário, escorado nas jurisprudências do Colendo Supremo Tribunal Federal e do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, além, é claro, de precedentes do próprio Conselho, de que os juízes substitutos não fazem jus à diferença remuneratória que agora também pleiteia a ASMETO, pois a substituição é a razão de ser do juiz substituto, logo, somente aos titulares, quando convocados à substituição, é cabível o pagamento da compensação.

Nesse sentido, é a ementa que encimou o brilhante voto da lavra do Conselheiro Nelson Tomaz Braga, nos autos do procedimento supracitado, que se ajusta à fina rosca ao presente pedido de providências:

“EMENTA. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL. JUIZES SUBSTITUTOS. DIREITO À DIFERENÇA REMUNERATÓRIA PELA ATIVIDADE DE SUBSTITUIÇÃO. ART. 124 DA LOMAN. NÃO CABIMENTO.

1. Conforme precedentes do STF, STJ e do próprio CNJ, os juízes substitutos não fazem jus à diferença remuneratória, mesmo quando atuem em varas em que inexistam juízes titulares.

2. A substituição é a razão de ser do juiz substituto, não sendo cabível o pagamento de compensação por este desempenho.

3. O art. 124 da LOMAN não se aplica aos juízes substitutos da justiça estadual, mas somente aos juízes titulares, em situações em que for convocado para a substituição.Procedimento de Controle Administrativo que se conhece, e que se indefere.” (grifei)

Penso que a ementa antes reproduzida é de uma clareza solar quanto à incidência do artigo 124 da LOMAN, no sentido de não ser possível o pagamento da diferença remuneratória de entrância ou instância a juízes substitutos, uma vez que é função inerente ao magistrado substituto exercer a substituição.

Aliás, esse também é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, como ficou consignado no Resp n.º 964.858, de relatoria da Excelentíssima Ministra Maria Thereza de Assis Moura, in verbis:

“RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. JUIZ SUBSTITUTO. DESIGNAÇÃO PARA OFICIAR EM COMARCA DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA. DIFERENÇA DE VENCIMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. ART. 124 DA LOMAN. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

1. A função precípua do juiz substituto é exercer a substituição, nos termos da respectiva lei de organização judiciária, seja em que comarca for, independentemente do juiz respectivo possuir ou não juiz titular.

2. A designação de um juiz substituto para exercer seu ofício jurisdicional perante uma determinada comarca decorre do normal desenvolvimento de suas atribuições, motivo pelo qual sua remuneração não deve sofrer qualquer acréscimo em decorrência dessa eventual designação.

3. O disposto no art. 124 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional não se aplica aos juízes substitutos, mas somente aos juízes titulares de entrância inferior convocados para officiar/substituir em entrância superior.

4. Recurso especial improvido.”

Quanto ao reconhecimento do direito à percepção da vantagem pretendida em favor daqueles magistrados que já cumpriram o tempo de serviço necessário ao

vitaliciamento, porém ainda não tiveram reconhecida a vitaliciedade, não há como se possa deferir o pedido, pela simples razão de que não alcançaram formalmente a condição de titulares em entrâncias diversas daquelas para as quais são designados a substituir. Em outras palavras, continuam substitutos até que se lhes reconheça a titularidade.

Desse modo, pelas razões expostas, após as comunicações de praxe, determino o arquivamento liminar do presente Pedido de Providências, na forma do que prevê o artigo 25, X, do Regimento Interno”.

A simples leitura da decisão recorrida é suficiente para demonstrar a desnecessidade de qualquer reforma do seu conteúdo. Todavia, em complemento, faço a seguir mais algumas considerações.

A primeira diz respeito com a alegação da recorrente de que este Conselho já reconheceu aos juízes federais substitutos o direito ora pleiteado, de modo que, com fundamento no princípio da isonomia, o mesmo deveria ser reconhecido aos juízes estaduais.

De fato, este Conselho entendeu no julgamento do PP 1057, de Relatoria do Conselheiro Vantuil Abdala que “Juiz Federal Substituto designado ou em substituição a Juiz Titular de Vara Federal e Juiz Federal titular convocado para atuar no Regional fazem jus ao pagamento da diferença remuneratória, por força de lei (...)”.

Tal diferença de tratamento em relação aos juízes estaduais se justifica, porém, em razão do fato de que a justiça federal não é organizada em entrâncias como é a justiça estadual.

Com efeito, caso não se reconhecesse aos juízes federais substitutos o direito à percepção da diferença remuneratória pelo desempenho da substituição de juízes titulares, o art. 124[1] da LOMAN não teria aplicação no âmbito da justiça federal de primeira instância.

Desse modo, tratando-se de situações diversas não há como se pleitear igual tratamento, no caso, sob pena de, aí sim, ofender-se o princípio da isonomia.

A segunda e última consideração que faço, refere-se à alegação da recorrente de que o voto-vista proferido pelo Ministro Og Fernandes no julgamento do Recurso Especial n. 964.858, citado na decisão recorrida, apoiaria a pretensão de que os juízes vitalícios fazem jus ao pagamento da diferença remuneratória de que trata este procedimento.

Ora, **além dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça não serem, em regra, paradigmáticos para as decisões deste Conselho**, o acórdão da Sexta Turma do STJ, no caso, foi lavrado nos termos do voto da Relatora, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que por sua vez, não adentrou na questão atinente a vitaliciamento e titularização de magistrados, como ao contrário o fez, o Ministro Og Fernandes em seu voto vista, o qual, **frise-se, não conduziu o acórdão lavrado**.

Ademais, conforme já decidido por este Conselho (PP 14971, Relator Conselheiro Paulo Lobo; PCA 7172-71.2010.2.00.0000, Relatora Conselheira Morgana Richa) vitaliciedade e titularização não se confundem. “A titularização de comarca não implica vitaliciamento, garantia esta só obtida, após o exercício de dois anos de funções judicantes, conforme estabelece o art. 95, I da Constituição Federal. Por sua vez, **a vitaliciedade não enseja titularização de comarca**, pois magistrados vitalícios podem permanecer como substitutos por vários anos além dos dois contados do ingresso na carreira”[2].

Desse modo, o vitaliciamento não conduz à titularização do magistrado, que, permanecendo na condição de substituto, continua não fazendo jus à percepção da diferença remuneratória pelo desempenho da substituição.

Ante o exposto, mantenho em todos os seus termos a decisão recorrida e, em consequência, **nego provimento ao recurso**.

É como voto.

[1] Art. 124. O Magistrado que for convocado para substituir, em primeira ou segunda instância, perceberá a diferença de vencimentos correspondentes ao cargo que passa a exercer, inclusive diárias e transporte, se for o caso.

[2] Pedido de Providências n. 14971, Relator Conselheiro Paulo Lobo, j. 04.11.2008.

MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE em 25 de
Abril de 2011 às 18:13:08

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
1c434b24f247203059809cc783797364



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **895286**



11042616211600000000000894578